

## "NÃO FALAREI DE AMOR", DO POEMA ÀS MÍDIAS: CORPOS NEGROS NÃO TÊM DIREITO À VIDA?

"I WON'T TALK ABOUT LOVE", FROM THE POEM TO THE MEDIA: DON'T BLACK BODIES HAVE A RIGHT TO LIFE?

"NO HABLARÉ DE AMOR", DEL POEMA A LOS MEDIOS: ¿LOS CUERPOS NEGROS NO TIENEN DERECHO A LA VIDA?

Windson Pinho Vasconcelos <sup>i</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar como o genocídio negro é discursivizado na materialidade histórico-discursiva, poema, “Não falarei de amor” de Odailta Alves, bem como analisar as ideologias que atravessam essa materialidade, associando a ela manchetes do Jornal digital “Brasil de fato”, pois nos parece haver, em ambas as materialidades discursivas, similaridades nos efeitos de sentidos. A metodologia utilizada foi a qualitativa, pois nos pautamos na relação análise/teoria das materialidades, embasado na Análise do Discurso de linha francesa, a partir das vertentes teóricas de Pêcheux (1997), Leandro Ferreira (2003), Indursky (2008), Courtine (2009), Orlandi (2012), Kilomba (2019), entre outros. Por fim, constatamos que os corpos negros têm direito à vida como qualquer outro corpo, mas esse direito não tem sido assegurado devido a uma conjuntura sociopolítica racista que enxerga as pessoas negras como ameaça e, com isso, assassinam a vida desses corpos baseando-se na estrutura racista e em estigmas.

**Abstract:** This article aims to analyze how the black genocide is discursivized in the historical-discursive materiality, poem, “I won’t talk about love” by Odailta Alves, as well as to analyze the ideologies that cross this materiality, associating it with the headlines of the digital newspaper “Brasil in fact”, because it seems to us, in both discursive materialities, similarities in the effects of meanings. The methodology used was qualitative, as we are guided by the analysis / theory of materialities, based on the theoretical aspects of Pêcheux (1997), Leandro Ferreira (2003), Indursky (2008), Courtine (2009), Orlandi (2012), Kilomba (2019), among others. Finally, we find that black bodies have the right to life like any other body, but that right has not been guaranteed due to a racist socio-political situation that sees black people as a threat and, with so, they murder the lives of these bodies based on racist structure and stigmas.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo analizar como se discursiviza el genocidio negro en la materialidad histórico-discursiva, poema "No hablaré de amor" de Odailta Alves, así como analizar las ideologías que cruzan esta materialidad, asociándola con los titulares del periódico digital "Brasil de hecho", porque creemos que, en ambas materialidades discursivas, hay similitudes en los efectos de los significados. La metodología utilizada fue cualitativa, ya que nos guiamos por el análisis / teoría de las materialidades, basado en el Análisis del Discurso de la línea francesa, desde las perspectivas teóricas de Pêcheux (1997), Leandro Ferreira (2003), Indursky (2008), Courtine (2009), Orlandi (2012), Kilomba (2019), entre otros. Finalmente, encontramos que los cuerpos negros tienen derecho a la vida como cualquier otro cuerpo, pero ese derecho no hay sido garantizado debido a una situación sociopolítica racista que ve a los negros como una amenaza y, por consiguiente, quitan la vida de estos cuerpos basándose en la estructura racista y en los estigmas.

**Palavras-chave:** Corpos negros; Violência; Análise do Discurso.

**Keywords:** Black Bodies; Violence; Speech analysis.

**Palabras claves:** Cuerpos negros; Violencia; Análisis del discurso.

## INTRODUÇÃO

Nesses 132 anos transcorridos após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, tem-se assistido a uma tentativa de reparação social<sup>1</sup> para os afrodescendentes que outrora a esse período não existiu em território brasileiro. Em contrapartida, no que diz respeito à integridade física desses corpos negros, ao seu direito à vida, as mudanças e avanços ocorridos não têm sido eficazes e alinhados a essa reparação.

Quando ligamos a televisão, folheamos as páginas de Jornal e até mesmo nas redes sociais digitais, percebemos uma movimentação de violência direcionada às pessoas negras relacionada ao racismo. Esse que foi/é estrutural e estruturante nas relações humanas da sociedade passada e contemporânea. Partindo dessa percepção, dessa negação ao direito de viver dos corpos que não se enquadram no ideário de branquitude<sup>2</sup> da sociedade brasileira, faremos um paralelo, apoiando-nos na Análise do Discurso de linha francesa, com o objetivo de analisar como o discurso do genocídio negro é discursivizado na materialidade histórico-discursiva, o poema “Não falarei de amor” de Odailta Alves, bem como de analisar as ideologias que atravessam essa materialidade, associando a ela três manchetes do Jornal digital “Brasil de fato”, pois nos parece haver, em ambas as materialidades discursivas, similaridades nos efeitos de sentido.

A metodologia utilizada é a qualitativa, pois nos pautamos na interpretação e na relação teoria/análise nas materialidades discursivas embasado na Análise do Discurso de linha francesa, a partir das vertentes teóricas de Pêcheux (1997), Leandro Ferreira (2003), Indursky (2008), Orlandi (2012), Grada Kilomba (2019), entre outras. Busca-se, com essa temática, refletir sobre a discursivização no poema e nas manchetes sobre o genocídio negro, relacionando-os aos possíveis motivos de demasiadas mortes de pessoas negras, atualmente, na sociedade brasileira. Quanto às materialidades, a escolha justifica-se pelos efeitos de sentidos produzidos, pela maneira como elas possibilitam discussões e reflexões sobre o racismo e a sociedade; mas antes das análises, discorreremos sobre a origem e alguns conceitos da Análise do Discurso.

---

<sup>1</sup> Por reparação social entendemos a garantia de direitos constitucionais na perspectiva de uma retratação aos negros pelo passado escravagista que os relegou ao lugar de subumano na sociedade brasileira. Essa garantia busca contribuir para que os afrodescendentes tenham acesso aos espaços dos quais seus ancestrais não foram oportunizados a participar. Nesse sentido, a reparação é um meio de mudar as perspectivas presentes e futuras dos negros na sociedade brasileira.

<sup>2</sup> [...] “Ruth Frankenberg, define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (CARDOSO, 2011, p. 81)

## **ANÁLISE DO DISCURSO: PERCURSO HISTÓRICO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Ao adentrarmos no âmbito da Análise do Discurso, denominada AD, convém debruçarmo-nos, parcialmente, em um breve apanhado histórico dessa área de estudo para que possamos compreendê-la em sua gênese, na perspectiva de seguirmos com os desdobramentos os quais nos servirão como arcabouço para as análises que serão realizadas posteriormente.

A Análise do Discurso de linha Pêcheutiana, como se faz amplamente sabido no âmbito dos analistas, surgiu na França nos anos finais da década de 60 do século XX, com Michel Pêcheux, este que veio com uma perspectiva inovadora no âmbito das ciências humanas de cunho estruturalista. De acordo com Leandro Ferreira (2003a, p. 40):

A Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico. [...] A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

Considerada proveniente de um distanciamento com o estruturalismo linguístico, por não mais entender a língua somente enquanto estrutura, e nem relacionar e explicar o ser simbólico (sujeito) através das manifestações culturais e antropológicas, ela passa a entender a língua como processo histórico e ideológico, e a linguagem enquanto processo de se significar na história. A autora considera que:

A língua na Análise do Discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história para produzir sentidos. (LEANDRO FERREIRA, 2003b, p. 196)

Dessa forma, trata-se de uma noção de língua não puramente gramatical. Mas de uma perspectiva de língua passível ao equívoco, pois existe nela uma relação ideológica que é inerente ao sujeito discursivo enquanto ser simbólico, histórico e social.

Nessa direção, faz-se necessário incluirmos na discussão a noção de Memória para a Análise do Discurso. Segundo Pêcheux (1999, p. 49-50):

o papel da memória permitiu [...] abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. Memória deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.

A memória à qual a AD se refere são os processos históricos que envolvem os discursos; dizendo de uma outra forma, quando o sujeito é interpelado ideologicamente, ele

é tomado por dizeres anteriores e sociais sem que tenha a noção de que isso esteja atuando sobre a sua discursividade.

Nesse sentido é que se encontra o que não está dito em determinada materialidade, mas que é trazido à tona pelo analista do discurso; considerando que “é porque há ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1990, p.55).

Na perspectiva de entendermos melhor alguns pressupostos teóricos da AD, elencaremos uma síntese dos mesmos, sendo eles a história, a ideologia, o sujeito, o sentido e o discurso.

Segundo Leandro Ferreira (2003b, p. 191), “a história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar; [...] a *história está na língua*, já que os fatos históricos existem sob efeito de interpretação”. Ou seja, a história recorre à discursividade para se fazer historicidade, pois é no discurso que se materializam os processos históricos, porque todo dizer relaciona-se com o que já foi dito em um outro momento.

Quanto à ideologia, pode-se dizer que a mesma está no entremeio da língua e da história, pois todo sujeito é ideológico para AD; e a língua é uma maneira de ele significar-se socialmente. Acrescentando: história, língua e ideologia são fatores discursivamente indissociáveis para AD, e a “ideologia se encarrega de produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p. 46).

Com relação ao sujeito, faz-se necessário termos em mente que o sujeito ao qual a AD se refere não é o sujeito da psicanálise, mas a noção de inconsciente do sujeito psicanalítico. Para a Análise do Discurso “interessam as posições-sujeito, uma vez que o sujeito é pensado discursivamente como uma posição entre outras. Não há, portanto, uma forma de subjetividade, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz” (LEANDRO FERREIRA, 2003b, p. 192). Corroborando com essa conceituação, Indursky (2008, p. 11) discorre que:

[...] o sujeito, é um sujeito histórico, ideológico, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição pelo inconsciente. Ou seja: o sujeito é interpelado ideologicamente, mas não sabe disso e suas práticas discursivas se instauram sob a ilusão de que ele é a origem de seu dizer e domina perfeitamente o que tem a dizer.

Assim, na perspectiva da AD, o sujeito não possui, discursivamente, uma singularidade no seu dizer, pois, nesse processo discursivo, o que existe é uma posição-sujeito que ele ocupa para ser sujeito do que diz.

No que diz respeito ao sentido, “a Análise do Discurso vai deter-se precisamente no processo de produção dos sentidos, através de procedimentos que desvendem a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários” (LEANDRO FERREIRA, 2003b, p. 193). Como já citado anteriormente, pode-se dizer que os sentidos discursivos são interpretados através da linguagem, essa que recorre à historicidade e, conseqüentemente, à ideologia e à posição-sujeito; então os sentidos não estão prontos, eles são construídos a partir dos elementos discursivos.

O discurso, nesse sentido, apresenta-se como o objeto central da Análise do Discurso, pois é a partir dele que se delineiam os processos de caráter analítico da AD. Leandro Ferreira (2003b, p. 193) aborda que:

O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua [...] É através do discurso que se vai compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. Ao situar-se como lugar privilegiado de observação entre a língua, a ideologia e o sujeito, o discurso propicia, como bom observatório, a visualização das propriedades do complexo dispositivo teórico-analítico.

Dessa forma, o discurso é a base para a compreensão das imbricações dos dizeres dos sujeitos e das posições ocupadas; é através dele que são realizadas as análises discursivas. No entanto, um discurso não deve ser visto como um texto, o discurso é uma materialidade analítica; como discorre Pêcheux (1997, p. 79), “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência linguística fechada sobre si mesma (...) é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

Ou seja, o discurso não está isolado, ele recorre a outros dizeres em sua formulação, “são os discursos em circulação, urgidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados.” (INDURSKY, 2011, p. 71). Unidos dos conceitos basilares da Análise do Discurso, partiremos às análises das materialidades, mas antes, tratamos sobre a violência e o racismo, pois nos auxiliarão com as análises em seguida.

## **RACISMO E VIOLÊNCIA: AS FÓRMULAS PARA O GENOCÍDIO NEGRO**

Partindo do entendimento de que há uma necessidade em falarmos sobre o racismo estrutural no Brasil e de como a ideia funesta da “democracia racial” impera como

opositora para abertura de diálogos e solução da problemática, faremos uma pequena reflexão a respeito do entrelaçamento do racismo e da violência, e de como ambos atuam na promoção do genocídio negro.

Distanciando-nos um pouco de conceitos biológicos e antropológicos, e aproximando-nos mais de uma reflexão sistêmica e estrutural, conceituaremos o racismo sob a perspectiva subjetiva do corpo negro, ou seja, a teorização/conceituação a partir do lugar de quem vivenciou esse racismo atrelado a pressupostos teóricos.

Dessa forma, a partir dessa perspectiva, discorreremos a respeito desse fator segregacionista que ainda se faz perceptível hodiernamente. Kilomba (2019, p. 75-76) discorre sobre o racismo mediante três características:

a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. [...] Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais diferem. A segunda característica é: essas diferenças construídas *estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos*. [...] o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. [...] Esses dois processos [...] formam o que também é chamado de *preconceito*. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que formam o racismo.

Pode-se perceber que o racismo, nessa perspectiva, atua em uma escala estrutural. Ou seja, ele parte da diferenciação racial, seguida das hierarquias sociais que, correlacionadas, entram em um processo de imbricação e vão se estruturando e atuando como componentes opressores de grupos raciais não brancos, e diminuindo simbolicamente esses indivíduos na sociedade.

Abdias Nascimento (2016) evidencia com clareza essa relação verticalizada, quando nos mostra todo um panorama histórico do percurso racista ao qual o (a) africano (a) e seus descendentes foram submetidos no período da escravidão, e após a abolição no Brasil; em relatos quase que viscerais, ele nos apresenta a percepção de que o racismo foi/é resquício principalmente desse período.

Para além dessas conceituações, podemos acrescentar nessa relação o que Achille Mbembe (2016, p. 128), a partir dos preceitos de Foucault, denominou de biopoder<sup>3</sup>. Segundo o autor,

---

<sup>3</sup> Para Foucault (1975-1976 apud MBEMBE, 2016, p. 128), o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico, [...] esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o “racismo”.

[...] em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.

Ou seja, o biopoder, nesse sentido, torna-se o responsável por regular os parâmetros entre quem merece viver e quem merece morrer, e de que forma viverão ou morrerão, baseando-se nas condições biológicas dos indivíduos na sociedade, e em uma sociedade na qual presida os ditames governamentais como forma de controle social das vidas; e tratando-se da sociedade brasileira, é possível percebermos quais são os direcionamentos para os que merecem viver ou morrer e de que forma tem sido feito.

No tocante à violência (e aqui restringindo-nos apenas à física), etimologicamente, a palavra violência, de acordo com o dicionário Aurélio (2010, p. 2162), designa “qualidade de violento; ato ou efeito de violentar; uso da força; coação”. Embora essas definições sejam verídicas, pois sintetizam minimamente um conceito, faz-se necessário irmos um pouco além da etimologia e tentarmos visualizar essa violência na prática.

Quando analisamos o panorama social, encontramos um direcionamento dessa violência que afeta os corpos negros de maneira mais letal e intencional, pois tem no racismo estrutural a sua base de sustentação e a razão de ser. Em um recorte histórico do período colonial, conseguimos perceber que a violência fez parte da nossa construção de povo com a chegada dos portugueses em solo brasileiro, como bem discorre Camargo, Alves e Quirino (2005, p. 610):

Os filhos do Brasil foram gerados na violência, alimentados na malquerença, paridos no desespero e usados como combustível nos engenhos. Somos filhos da violência e do estupro. O Brasil é o resultado da prodigiosa multiplicação de uns poucos europeus brancos e de uns contatos africanos sobre milhões de corpos de mulheres indígenas seqüestradas e violentadas. Os filhos do Brasil não são o fruto mimoso de uma história de amor.

Ou seja, no bojo dessa afirmativa, constatamos que a violência, na maioria das vezes, atuou com mais ênfase em grupos raciais não brancos. Quando trazemos para um contexto atual e entendemos a existência de uma superioridade racial velada, sendo ela branca, percebemos que os mecanismos de proteção do estado atuam para proteger o cidadão que se enquadra nessa supremacia. Do outro lado, aos cidadãos negros, que fogem desse quadro, eles consequentemente tornam-se alvo/suspeitos, pois

[...] a violência [...] incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana. No imaginário sociorracial, aos portadores desses sinais soma-se tudo de negativo que a violência racista construiu no contexto das relações de poder, na luta de



classes, na desigualdade de gênero e sexual. (GOMES e LABORNE, 2018, p. 13)

Dessa forma, o racismo e a violência atuam no intento de retirar a dignidade dos corpos negros, subjugando a sua índole e destituindo a sua existência, pois “o negro de um modo geral é visto pelos poderes instalados e eivados de branquitude como ameaça, então exterminá-lo também pode significar impedir a continuidade de toda uma geração e uma raça considerada inferior”. Nessa direção, no pensamento racista, a diminuição do negro à marginalidade faria com que ele não tivesse subterfúgios para sair da condição de oprimido, uma vez que sempre esteve nesse lugar, não conseguiria visualizar outros horizontes (GOMES e LABORNE, 2018, p. 15).

No entanto, para que não percamos a esperança, faz-se necessário caminharmos na contramão dessa realidade, na perspectiva de mudarmos essa estrutura racista, como nos alertou Angela Davis (2019 *apud* Cardoso, 2019), “não adianta remendar a estrutura social, temos que superar a sociedade em que vivemos. Somos sujeitos históricos. Temos a potencialidade para criarmos outra estrutura social, e abolir o racismo”<sup>4</sup>, para conseguirmos, de fato, uma democracia racial. A partir da discussão teórica desenvolvida, apresentamos, a seguir, as análises discursivas.

## **EFEITOS DE SENTIDOS NAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS**

Antes de adentrarmos precisamente as análises, falaremos, brevemente, a respeito da autora do poema. Odailta Alves é uma poeta negra e Pernambucana, ativista das causas de mulheres negras, oriunda da favela do Recife. Possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e suas poesias e narrativas visam a consolidação da existência de mulheres negras como autoras das suas vidas e dos seus destinos, bem como o seu ativismo volta-se também para as causas de pessoas negras.

Dessa forma, imbuídos nas teorizações vistas até o presente momento, partiremos para as análises das materialidades discursivas, que são atravessadas ideológica e historicamente, a partir das posições-sujeito assumidas. A primeira delas será o poema “Não falarei de amor” de Odailta Alves, e a partir do poema serão mobilizadas três manchetes do jornal digital “Brasil de Fato”.<sup>5</sup> Ressaltamos que cada imagem abaixo,

---

<sup>4</sup> CARDOSO, Lourenço. Temos potencial para abolir o racismo e todas as outras formas de opressão. São Paulo, 30 nov. 2019. Entrevista cedida ao site da EL País Brasil.

<sup>5</sup> A ligação do poema com o jornal digital explica-se pela relação discursiva e ideológica que se estabelecem nessas materialidades, pois no poema, como vimos, há um atravessamento do discurso do genocídio negro que, considerando os fortes índices nas manchetes do jornal, mostra-nos uma incidência de evidências que transpõe, de certa forma, a realidade sobre a morte de pessoas negras.



considerando a perspectiva teórica da AD, é concebida como uma sequência discursiva (SD).

### Imagem 1 (SD1): Poema de Odailta Alves



Fonte: ALVES, Odailta. Eu não falarei de amor. In: GALDINO, Daniela. (org.). **Profundanças 3**. Ipiáú: Voo Audiovisual, 2019. p. 140.

Na primeira sequência discursiva (SD1), é possível identificarmos uma ideologia imbricada nessa materialidade que se relaciona com uma memória discursiva, com uma historicidade, que nos remete à escravidão nos versos “Eu não falarei de amor/ Enquanto eu for a carne/ Mais barata do mercado”. Nesse sentido, percebemos que, interpelado a partir de uma ideologia, o sujeito é tomado por dizeres anteriores e sociais no sentido de que ao falar da “carne mais barata” remete à desvalorização dos corpos negros na sociedade e ao período escravagista pois, segundo Pêcheux (1990, p.55), “é porque há ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”, ou seja, esse discurso faz sentido porque se inscreve na história.

No entanto, para além dessas relações, essas ligações permitem-nos interpretar que a negação do amor que atravessa esse discurso, dá-se justamente pelo fato de que as condições sociais às quais os negros são submetidos na sociedade não os permitem gerar esse sentimento, pois ele evoca afeto, proteção e cuidado. Todavia, social e historicamente, as pessoas negras não foram/são alvo de proteção; então falar de amor, quando esse grupo racial não dispõe de mecanismos que os façam sentirem-se protegidos dentro da sociedade, torna-se um fator que inviabiliza essa afetividade.

Na segunda estrofe da SD1, os versos “Eu não falarei de amor/ Enquanto a juventude negra/ Estiver sendo exterminada”, conseguimos perceber a imbricação na relação do racismo com a violência, pois, como discorre Gomes e Laborne (2018, p 13), essa relação “[...] incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana”, ou seja, os sinais específicos são a condição de periférico na sociedade, a cor da pele negra e os contornos físicos e faciais que contribuem para o estigma e consequente morte dos portadores dessas características.

Os versos “Eu não falarei de amor/ Enquanto o meu padrão/ For ridicularizado”, permite-nos inferir que, no ideário de branquitude da sociedade brasileira, “o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade”, uma vez que os traços negros não são considerados bonitos, porque destoam desse ideário da supremacia (KILOMBA 2019, p. 76).

Conforme Courtine (2009, p. 105-106) conceitua, “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”; nesse sentido, deduzimos que, ideologicamente, esse discurso recorre à historicidade para arguir que as condições dadas às pessoas negras não lhes permitem falar de amor devido a uma sistemática opressora que retira esse sentimento das pessoas negras e mata-as com violência.

Ao passarmos para as outras sequências discursivas, sendo elas três reportagens do jornal digital “Brasil de fato”, relacionaremos essas materialidades com os trechos discursivos da SD1, pois a nossa proposição introdutória é também associar ambas as materialidades e observarmos os interdiscursos e efeitos de sentidos que se relacionam histórica e ideologicamente entre elas. Dessa forma, na segunda e terceira estrofe da SD1, percebemos que há uma posição-sujeito que comunga ideologicamente com outras posições-sujeito das materialidades discursivas do jornal digital “Brasil de fato”, as quais se seguem, respectivamente, às SD2, SD3 e SD4 abaixo.

### Imagem 2 (SD2): Reportagem Brasil de Fato



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/15/63-jovens-negros-sao-assassinados-por-dia-no-brasil-segundo-cpi>.

Nessa sequência discursiva, uma matéria de jornal da “Brasil de fato” publicada no ano de 2016, inferimos que as posições-sujeito perpassadas pelas SD1 e SD2 das materialidades nos mostram que eles não são sujeitos dos seus discursos, mas são interpelados por sentidos construídos a partir da historicidade. (Cf. LEANDRO FERREIRA, 2003b).

Ideologicamente, nos versos “Enquanto a juventude negra/ Estiver sendo exterminada” na SD1 e no trecho “63 jovens negros são assassinados por dia no Brasil” na SD2, percebemos que ambas denotam haver um processo histórico como plano de fundo no qual essas mortes se manifestam devido a um racismo estrutural o qual ceifa a vida da juventude negra com base na sua cor da pele e na sua posição de periféricos na sociedade brasileira.

Como afirma Mussalim (2012, p. 122) “a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social”. Assim, “[...] o sujeito é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar ao qual ocupa”. (MUSSALIM, 2012, p. 122)

Nesse sentido, quando analisamos os dados estatísticos do Atlas da Violência (2019, p. 52), no Brasil, no ano de 2007 houve “30.523 homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes, e no ano de 2017 foram 49.524 homicídios de pessoas negras”, ou seja, um crescimento de 62,3% de homicídio da população negra (que se incluem pretos e pardos) por 100 mil habitantes. Estatisticamente já é um resultado alarmante, mas, quando somamos os quantitativos por ano, é ainda mais assustador, conforme nos mostra a tabela abaixo.

**Tabela 1- Homicídio de negros por 100 mil habitantes no Brasil**

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
30.523	32.702	33.929	35.480	35.616	38.755	39.169	41.941	41.592	45.378	49.524

Fonte: IPEA (2019)

Ao somarmos esses números, obtemos um dado estarrecedor de 424.609 mil mortes; quase meio milhão de pessoas negras mortas em um período de onze anos. Em

contrapartida, quando analisamos o quadro de homicídios não negros, percebemos que o quantitativo se mostra inferior se comparados com o homicídio negro no mesmo período, conforme abaixo:

**Tabela 2 - Homicídio de não negros por 100 mil habitantes no Brasil**

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
14.671	15.053	15.249	14.458	14.283	14.816	14.518	15.121	14.399	14.850	14.734

Fonte: IPEA (2019)

De acordo com a tabela acima, na qual se inclui a morte de indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas), percebemos que o quantitativo se mostra inferior em comparação com a tabela 1; na tabela 2, após o somatório, obtemos um dado de 162.152 mil mortes de indivíduos não negros. Nesse sentido, no período de onze anos, houve um crescimento, do ano de 2007 a 2017, de 0,4%, um percentual relativamente baixo quando comparamos com a tabela 1. Com efeito, esses dados comparativos dialogam com a discursivização sobre os negros no poema, e com a terceira sequência discursiva (SD3), como veremos na notícia publicada pela “Brasil de fato” em 2018 abaixo.

### Imagem 3 (SD3): Reportagem Brasil de Fato

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Brasil de Fato'. The header is dark red with the site name and a search icon. Below the header, the breadcrumb 'INÍCIO > RIO DE JANEIRO' is visible, followed by the category 'VIOLÊNCIA'. The main headline reads: 'Índice de letalidade no país atinge maioria de homens jovens negros e periféricos'. A sub-headline states: 'Para pesquisadora de segurança pública, Atlas da Violência 2018 revela genocídio da juventude'. The author is identified as Clívia Mesquita, with the affiliation 'Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ)'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. At the bottom, the date and time are given as '21 de Novembro de 2018 às 17:31'.

Fonte: <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/11/21/indice-de-letalidade-no-pais-atinge-maioria-de-homens-jovens-negros-e-perifericos>.

Na sequência acima, há a informação de que o índice de letalidade é maior em jovens negros. Nessa direção, percebemos que as notícias vêm retomando os sentidos do poema através de processos parafrásticos, ou seja, através da similaridade discursiva para abordar uma problemática recorrente com a população negra e que tem causado mortes numerosas. Perpassa, inclusive, pela truculência policial quando nas suas abordagens escolhe o sujeito negro como o estereótipo de suspeito; e isso se relaciona com a SD1 no verso “Enquanto meus pretos e pretas/ Forem encarcerados/ Meu amor está algemado/ Com passaporte pro cemitério”.

Nessa perspectiva, na SD4 abaixo, notícia da “Brasil de fato” publicada em 2019, além de percebermos o mesmo efeito de sentido que funciona nas materialidades anteriores, conseguimos ir além e vemos um processo de formação imaginária.

#### Imagem 4 (SD4): Reportagem Brasil de Fato



Fonte: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/09/06/artigo-or-o-acoite-que-doeu-em-nos>.

Conforme discorre Orlandi (2012, p. 42), “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não brota do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”.

A partir dessa perspectiva, percebemos que a formação imaginária provoca um efeito de sentido socialmente na SD4, na qual os negros são vistos como sujeitos abjetos na

sociedade, e isso corrobora para que os mecanismos de proteção e poder do estado sintam-se respaldados nesse imaginário para violentar os indivíduos negros, pois as relações sociais que se estabeleceram desde o princípio foram de violência e coerção no sentido de manterem as pessoas negras em uma posição sempre de inferioridade e desigualdade diante dos poderes políticos.

Ao final, e aqui retomamos a SD1, na última estrofe os versos “Por enquanto, meu verso é edema/ Inchaço de dor/ Minha poesia sangra/ E mancha as páginas brancas/ Do livro do colonizado”, percebemos que a ideologia que atravessa esse discurso evoca uma carga histórica dolorosa, e que se vem acumulando sem soluções significativas. Orlandi (2012, p. 25) acrescenta que “na perspectiva discursiva, [...] a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”, dessa forma, no verso “Meu verso é edema”, podemos interpretá-lo como uma dor social e histórica tão latente que se tornou física, e os sentidos aqui evocados demonstram que há uma dívida com os negros que ainda não foi paga, e o sangue ainda recai sobre os corpos negros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desencadeadas nesse trabalho, nos permitiu um aprofundamento para além da superfície das materialidades discursivas, uma vez que, ao analisá-las, percebemos que a historicidade que atravessa as posições-sujeito se relaciona com um sujeito imbricado em uma ideologia, sem que disso ele tenha consciência imediata.

As materialidades nos permitiram inferir que os sujeitos discursivos foram interpelados por processos da historicidade que auxiliam na construção dos sentidos e das suas percepções acerca das relações que se estabelecem/estabeleceram com os negros na sociedade brasileira.

Percebemos que o discurso sobre o genocídio negro mobilizado nas materialidades discursivas, refere-se a questões para além das materialidades. São questões que recorrem a um conjunto de fatores históricos, sociais, políticos, ideológicos, de poder e hierárquicos, que se correlacionam e influem sobre as posições-sujeito estabelecidas na sociedade, e sobre a maneira com a qual os negros são posicionados nessa sociedade.

Com efeito, essas posições, vistas sob a ótica da verticalidade dos poderes constitucionais, continuam a perpetuar comportamentos preconceituosos e racistas com sujeitos negros, e desses tiram a vida, baseando-se no inescrupuloso discurso de que as pessoas negras possuem características suspeitas a atitudes criminosas; e nesse discurso se camufla a intencionalidade no genocídio negro, que é o de, pela violência, continuar-se

mantendo os negros como abjetos, destituídos de direitos e à margem da sociedade, porque no ideário social, que é branco, o negro ainda é visto como um indivíduo inferior, e, portanto, a sua existência não possui relevância.

Nessa direção, quando saímos de um conceito analítico-discursivo e passamos para um conceito que dialoga com a subjetividade, percebemos que, falar dos negros na condição de negro, torna-se um processo um pouco mais complexo, se comparado à fala de um branco sobre os negros, uma vez que a narrativa à qual se relaciona com o discurso do negro se constrói a partir de um autorreconhecimento da sua posição social e racial na sociedade, bem com a historicidade que se manifesta e que está atrelada a uma ancestralidade destituída de afetividade, e que ainda sofre resquícios da imposição de relações coercitivas, no sentido de se manterem os negros sob a condição de dominado.

Por isso, reconhecer-se como negro está paralelo ao discurso, no sentido de ser um processo que recorre às construções discursivas e dos sentidos, bem como à historicidade e à ideologia. No entanto, esse reconhecimento vai além das materialidades, porque está mais próximo a um processo subjetivo, mas que não deixa de afetar a coletividade. Assim, o analista de discurso está imbricado nessa relação, uma vez que é também um sujeito ideológico (Cf. ORLANDI, 2012).

Por fim, constatamos que os corpos negros têm direito à vida como qualquer outro corpo, no entanto, esse direito não tem sido assegurado, devido a uma conjuntura sociopolítica racista que enxerga as pessoas negras como ameaça e, com isso, assassinam a vida desses corpos, baseando-se na estrutura racista e em estigmas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Odailta. Eu não falarei de amor. In: GALDINO, Daniela. (org.). *Profundanças 3*. Ipiáú: Voo Audiovisual, 2019. p. 140.

BRASIL DE FATO. *O açoitado que doeu em nós*. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/09/06/artigo-or-o-acoite-que-doeu-em-nos>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL DE FATO. *Índice de letalidade no país atinge maioria de homens jovens negros e periférico*. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/11/21/indice-de-letalidade-no-pais-atinge-maioria-de-homens-jovens-negros-e-perifericos>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL DE FATO. *63 jovens negros são assassinados por dia no Brasil, segundo CPI*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/15/63-jovens-negros-sao-assassinados-por-dia-no-brasil-segundo-cpi>. Acesso em: 2 fev. 2020.

CAMARGO, Climene Laura de.; ALVES, Eloina Santana.; QUIRINO, Marinalva Dias. *Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica*. **Texto & Contexto**



**Enfermagem:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC. 2005. p. 608-615.

CARDOSO, Lourenço. *O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude*. **Instrumento:** Revista de Estudos e Pesquisa em educação. v.13 n.1. 2011. p. 81-93.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 250.

EL PAÍS BRASIL. CARDOSO, Lourenço. *Temos potencial para abolir o racismo e todas as outras formas de opressão*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-30/lourenco-cardosotemos-potencial-para-abolir-o-racismo-e-todas-as-outras-formas-de-opressao.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa* / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5 - . ed. – Curitiba : Positivo, 2010. 2192 p.

GOMES, Nilma Lino.; LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra*. **Educação em Revista:** Revista do programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, v.34, 2018. p. 1-26

INDURSKY, Freda. *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise de discurso*. In: MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, CAZARIN, Evandra; Ercília Ana. *Práticas discursivas e identitárias : sujeito e língua* / Organizadoras: Solange Mittmann, Evandra Grigoletto e Ercília Ana Cazarin: Coordenadora editorial: Lúcia Sá Rabello; Comissão editorial: Lúcia Sá Rabello, Jane Fraga Tutikan, Freda Indursky – Porto Alegre : Nova Prova, 2008. p. 9-29.

INDURSKY, Freda. *A memória na cena do discurso*. In.: INDURSKY, F., MITTMANN, S. e FERREIRA, M.C.L. (Orgs.) *Memória e história na/ da análise do discurso*. Campinas –SP: Mercado das Letras, 2011, p. 71.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2019*. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=comcontent&view=article&id=34784>. Acesso em: 15 fev. 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora cobogó. Tradutora: Jess Oliveira. 2019.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil*. **Letras:** Revista do Programa de Pós-graduação em letras da UFSM, nº 27, 2003a. p. 39-46.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *O caráter singular da língua na análise do discurso*. **Revista Organon:** Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 17, n. 35, 2003b. p. 190-200.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. **Arte e ensaios:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 2 mar. 2020.

MUSSALIM, Fernanda. *Análise do discurso* (capítulo revisto e ampliado). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 9 ed. (edição revista e ampliada) São Paulo: Cortez editora, 2012. p. 122-162.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 10ª ed. 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. Pierre Achard... [et al]; tradução e introdução José Horta Nunes. – Campinas, SP: 1999. p. 49-50.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. In.: GADET, F. e HAK, T.(Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 78-79.

---

<sup>i</sup> Acadêmico do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia, campus XXI. Bolsista da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) (2019/2020) pesquisando sobre escritoras negras no circuito editorial Profundações. Voluntário no Programa de Iniciação Científica (PICIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG). Integrante dos Grupos de pesquisa: Estudos sobre Epistemologia, Ética e Linguagem (UNEB-campus XXI) e Estudos sobre Literatura e Etnicidade-GRUPELE (UNEB-campus XX).